

Plano de Actividades

2014



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTRO ADJUNTO
E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FICHA TÉCNICA

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional



**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO ALENTEJO**

Plano de Actividades 2014

ÉVORA - 2014

Índice

1	NOTA DE APRESENTAÇÃO	3
2	INTRODUÇÃO	4
3	ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	5
4	QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO	7
5	ESTRUTURA ORGÂNICA DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO	10
6	MATRIZ DE COERÊNCIA QUAR / PLANO DE ACTIVIDADES	11
7	ACTIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS	15
7.1	OBJECTIVO ESTRATÉGICO	15
7.1.1	Objectivo Estratégico 1 Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial.	16
7.1.2	Objectivo Estratégico2 Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos á região e de outro investimento público	18
7.1.3	Objectivo Estratégico 3 Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	20
7.1.4	Objectivo Estratégico 4 Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	24
7.1.5	Objectivo Estratégico 5 Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional	26
7.1.6	Objectivo Estratégico 6 Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos	28
7.2	OBJECTIVOS OPERACIONAIS E ACTIVIDADES/UNIDADE ORGÂNICA	30
7.3	RECURSOS HUMANOS	44
7.4	RECURSOS FINANCEIROS	45
8	PLANO DE FORMAÇÃO 2013	47
9	SIGLAS	52

1 NOTA DE APRESENTAÇÃO

Actualmente o Decreto-lei 119/2013 de 21 de Agosto no artigo 10º, nº 4, enquadra a **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional** como serviço integrado na Presidência do Conselho de Ministros e tutelado conjuntamente pelo Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia.

O ano de 2014 será marcado pelo início do novo ciclo de fundos comunitários ao dispor do país e da Região, num contexto em que a competitividade, a inclusão e a coesão social são vectores determinantes.

É neste enquadramento político - administrativo e de referenciais de planeamento estratégico regional que é elaborado este Plano de Actividades onde são identificados os contributos esperados de todas as áreas de competência da CCDR, nomeadamente o desenvolvimento regional, a cooperação interregional, o ordenamento do território, o ambiente, o apoio técnico às autarquias locais e a fiscalização, bem como as actividades inerentes à gestão da própria instituição. Também a gestão do Programa Operacional Regional – INALENTEJO tem acolhimento neste documento, face às responsabilidades e competências do Presidente da CCDR neste âmbito.

O documento que agora se apresenta resulta de um trabalho participado por todos os colaboradores e dirigentes da CCDRA e revela um esforço na abordagem integrada de muitas temáticas, mediante actividades transversais a várias unidades orgânicas, reforçando-se também assim a coesão interna e a qualidade das respostas.

Outra dimensão que importa relevar é o empenho num trabalho participado e colaborativo com as entidades e os agentes regionais, o que está presente em muitas das actividades previstas, nomeadamente no que respeita à preparação do novo ciclo de fundos comunitários para a Região, de que o futuro Programa Operacional 2014/2020 e a Estratégia Regional de especialização Inteligente são elementos chave.

O Programa Operacional Regional 2007/2013 (INALENTEJO) aproxima-se do seu fim. Merece por isso uma atenção especial, com um conjunto de metas e resultados expectáveis exigentes e importantes para que a Região não deixe de vir a contar com os fundos comunitários a que tem direito, no quadro dos objectivos e dos impactos que se encontram previstos para o desenvolvimento económico e social do Alentejo.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, durante o ano de 2014, ao desempenhar as atribuições que lhe estão conferidas, assume este compromisso numa perspectiva de melhoria contínua dos serviços prestados e de uma Instituição que pretende a sua permanente afirmação na Região.

2 INTRODUÇÃO

Este Plano de Actividades reflecte a estratégia organizacional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) definida para o ano de 2014.

As actividades a desenvolver visam a concretização dessa mesma estratégia e têm como objectivo final o cumprimento das funções de aplicação da políticas públicas e a promoção do desenvolvimento regional nas suas mais diversas vertentes, sectores ou domínios. A preocupação com a gestão interna da organização não permanece fora da estratégia e é evidenciada através da opção de inclusão de objectivos operacionais com actividades concretas a cumprir dentro do plano determinado.

Permanece patente a preocupação de manter o efeito multiplicador retirado do alinhamento das diferentes Unidades Orgânicas e também com os Serviços Sub-regionais no que respeita às actividades a desenvolver no âmbito de todos os objectivos estratégicos.

O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) reflecte os objectivos e as acções prioritárias do Plano tendo existido profunda preocupação quanto à coerência entre os dois documentos.

A dinâmica da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, para 2014 é reflectida no presente documento, ficando assim disponível para todos o que se prevê ser executado no presente ano. Todas as actividades previstas derivam do conteúdo funcional legalmente definido para a organização bem como da intenção de incrementar o grau de satisfação aos seus parceiros, colaboradores e utilizadores dos seus serviços.

3 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

As orientações estratégicas da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, integram as orientações da tutela consubstanciadas na missão da organização, nos seus valores e nos seus objectivos estratégicos e operacionais previstos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para o ano de 2014.

Missão

Missão: «A CCDR Alentejo tem como missão executar, no âmbito da respectiva área geográfica, as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, assim como o planeamento estratégico regional e apoio às autarquias locais e suas associações, procurando antecipar soluções e contribuir para a superação dos constrangimentos ao desenvolvimento económico e social da região, num quadro de sustentabilidade e de optimização dos recursos disponíveis. A CCDR Alentejo deve ainda assegurar a gestão dos fundos estruturais do Programa Operacional regional no contexto da política de coesão da U.E. e a dinamização da cooperação inter-regional e transfronteiriça»

Objectivos Estratégicos Plurianuais

OE 1 Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial.

OE 2 Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos á região e de outros investimentos públicos.

OE 3 Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados.

OE 4 Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações.

OE 5 Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional.

OE 6 Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos.

Objectivos Operacionais

Vector de Eficácia

OB 1 Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região

OB 2 Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais

OB 3 Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base regional, no quadro da preparação do novo ciclo de fundos estruturais para o Alentejo para o período 2014/2020

OB 4 Assegurar níveis de execução e de compromisso do INALENTEJO compatíveis com os resultados esperados

Vector de Eficiência

OB 5 Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações

OB 6 Dinamizar a cooperação entre agentes regionais, inter-regionais e transfronteiriços visando a competitividade do território

Vector da Qualidade

OB 7 Contribuir para a melhoria das condições de saúde dos trabalhadores através da promoção da Medicina Laboral

OB 8 Melhorar a comunicação com os parceiros externos

4 QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

Sendo o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) um dos instrumentos de maior importância e relevância na definição da estratégia organizacional, este constitui-se como linha de orientação das actividades a desenvolver pela CCDR Alentejo. Será pois nos resultados obtidos com a respectiva avaliação que será ponderada a autoavaliação da organização.

A Gestão organizacional assenta em objectivos que visam a boa relação com a comunidade envolvente bem como com todos os colaboradores promovendo as sinergias do trabalho em equipa e a reflexão sobre as diferentes formas de implementação regional das políticas públicas.

O QUAR da CCDR Alentejo evidencia:

- A missão do serviço;
- Os objectivos estratégicos plurianuais;
- Os objectivos anuais seleccionados;
- Os indicadores de desempenho e respectivas metas;
- O Valor Critico;
- Os meios disponíveis para proceder à verificação;
- O grau ou índice de realização dos resultados alcançados no cumprimento dos objectivos;
- Execução dos Meios Humanos e Financeiros.
- Identificação dos desvios e suas causas;
- A avaliação final do desempenho do serviço.

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

ANO : 2014

Ministério: Presidencia do conselho de Ministros_Secretaria Geral

Designação do Serviço: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Missão: «A CCDR Alentejo tem como missão executar, no âmbito da respectiva área geográfica, as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, assim como o planeamento estratégico regional e apoio às autarquias locais e suas associações, procurando antecipar soluções e contribuir para a superação dos constrangimentos ao desenvolvimento económico e social da região, num quadro de sustentabilidade e de optimização dos recursos disponíveis. A CCDR Alentejo deve ainda assegurar a gestão dos fundos estruturais do Programa Operacional regional no contexto da política de coesão da U.E. e a dinamização da cooperação inter-regional e transfronteiriça»

Objectivos estratégicos (OE):

DESIGNAÇÃO	META 2013	TAXA REALIZAÇÃO
OE1: Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial		
OE2: Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos á região e de outros investimentos públicos.		
OE3: Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados		
OE4: Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações		
OE5: Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional.		
OE6: Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos.		

Objectivos Operacionais

Eficácia 40,0

01 Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região Peso: 20%

INDICADORES	2011	2012	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1 Taxa de fiscalização de procedimentos de controlo prévio, pelas DSA e DSOT, concluídos em 2014			50%	10%	65%	30%				
2 Índice de instauração de processos de contraordenação com base em autos de notícia por infrações ambientais (Nº total de processos instaurados/Nº de autos de notícia entrados em 2014, até 15 de outubro)x100			55%	5%	65%	30%				
3 Taxa de pós avaliação de processos desenvolvidos na DSA			85%	5%	92%	40%				

02 Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais Peso: 20%

INDICADORES	2011	2012	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
4 Índice de alterações ou revisões nos IGT que se destinaram a incorporar as orientações e directrizes previstas nos documentos de âmbito nacional e regional, face ao número total de alterações dos IGT.			30%	5%	40%	50%				
5 Nº de Boletins "Alentejo Hoje - Políticas Publicas e Desenvolvimento Regional"		3	3	0	4	50%				

03 Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas publicas de base regional, no quadro da preparação do novo ciclo de fundos estruturais para o Alentejo para o período 2014/2020 Peso: 25%

INDICADORES	2011	2012	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
6 Nº de dias para a apresentação à CE da proposta de Programa Operacional Regional para o período 2014/2020			90	5	80	100%				

04 Assegurar níveis de execução e de compromisso do INALENTEJO compatíveis com os resultados esperados Peso: 35%

INDICADORES	2011	2012	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
7 Taxacumprimento da regra do n+2			100%	2%	110%	50%				
8 Taxa de execução do Programa INAlentejo		42%	80%	2%	85%	50%				

Eficiência **40,0**

05 Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações Peso: 50%

INDICADORES	2011	2012	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
9 Índice de resposta de pareceres jurídicos das autarquias locais e suas associações (Nº total de pareceres emitidos/Nº de pedidos de parecer recebidos em 2014, até 15 de outubro)x100			75%	5%	88%	50%				
10 Prazo de execução do estudo "Municípios da Região Alentejo – Relatório de Execução Financeira de 2013" - a contar de 01 de abril – em dias úteis			135	2	105	50%				

06 Dinamizar a cooperação entre agentes regionais, interregionais e transfronteiriços visando a competitividade do território Peso: 50%

INDICADORES	2011	2012	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
11 Nº de Actividades de cooperação asseguradas;	19	22	18	3	22	60%				
12 Taxa de execução da II convocatória do POCTEP			50%	5%	61%	40%				

qualidade **20,0**

07 Contribuir para a melhoria das condições de saúde dos trabalhadores através da promoção da Medicina Laboral Peso: 40%

INDICADORES	2011	2012	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
13 Taxa de cobertura			80,0%	2,0%	95,0%	100%				

08 Melhorar a comunicação com os parceiros externos Peso: 60%

INDICADORES	2011	2012	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
14 Numero de dias para operacionalização de uma plataforma online para submissão de relatórios de emissões atmosféricas			180	30	145	100%				

OBJECTIVOS MAIS RELEVANTES:

- 04 Assegurar níveis de execução e de compromisso do INALENTEJO compatíveis com os resultados esperados
- 05 Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações
- 06 Dinamizar a cooperação entre agentes regionais, interregionais e transfronteiriços visando a competitividade do território
- 08 Melhorar a comunicação com os parceiros externos

NOTA EXPLICATIVA

O Mapa de pessoal aprovado contempla a estrutura do Programa Operacional Regional – INALENTEJO

Recursos Humanos

Designação	Pontuação	Planeados	Realizados	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	20	160		
Dirigentes - Direcção Intermédia e Chefes de Equipa	16	304		
Técnico superior - (inclui especialistas de Informática)	12	1044		
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	18		
Assistente técnico - (inclui técnicos de informática)	8	488		
Assistente operacional	5	70		
Total		2084		

Recursos Financeiros

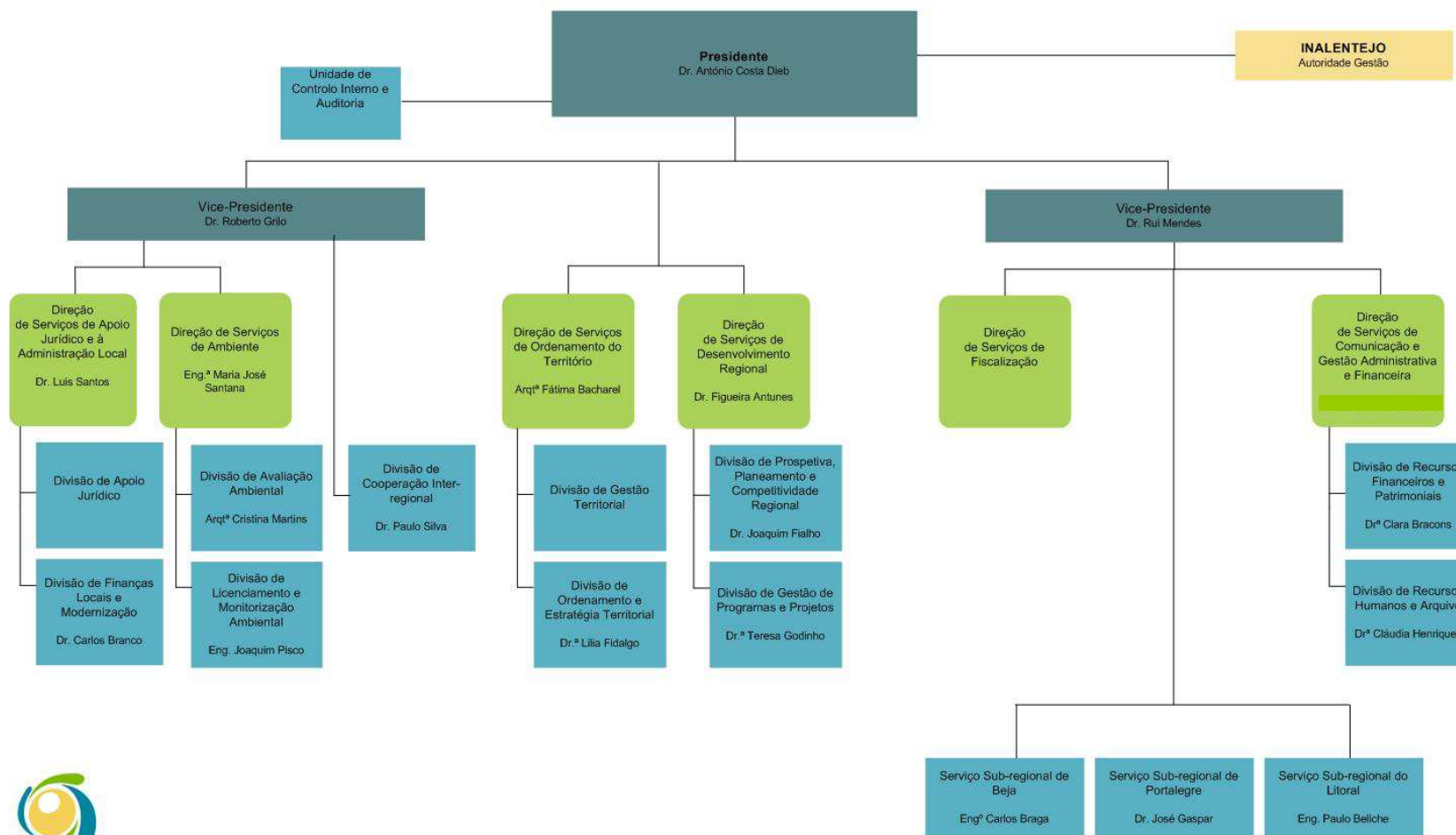
Designação	Planeados	Executados	Desvio
Orçamento de Funcionamento	3.184.017		
Despesas com Pessoal	2.979.769		
Aquisição de Bens e Serviços	159.422		
Outras Despesas Correntes	44.826		
PIDDAC	2.504.581		
Outros valores	0		
Total (OF + PIDDAC + Outros)	5.688.598		

Indicadores_ Fonte de Verificação

- Ind.1: Registo das acções de fiscalização
- Ind.2: Relatórios elaborados
- Ind.3: Relatórios elaborados
- Ind.4: Relatório de registo das alterações ou revisões nos IGT que se destinaram a incorporar as orientações e directrizes dos documentos de âmbito
- Ind.5: Boletins elaborados
- Ind.6: Data de envio do documento
- Ind.7: SIGPOA - Sistema de Informação e Gestão do Programa Operacional do Alentejo
- Ind.8: SIGPOA - Sistema de Informação e Gestão do Programa Operacional do Alentejo
- Ind.9: Base de dados interna
- Ind.10: Data da informação que apresenta o estudo
- Ind.11: Base de dados interna
- Ind.12: Sistema de Informação FONDOS2007
- Ind.13: Numero de funcionários abrangidos por comprovativo médico.

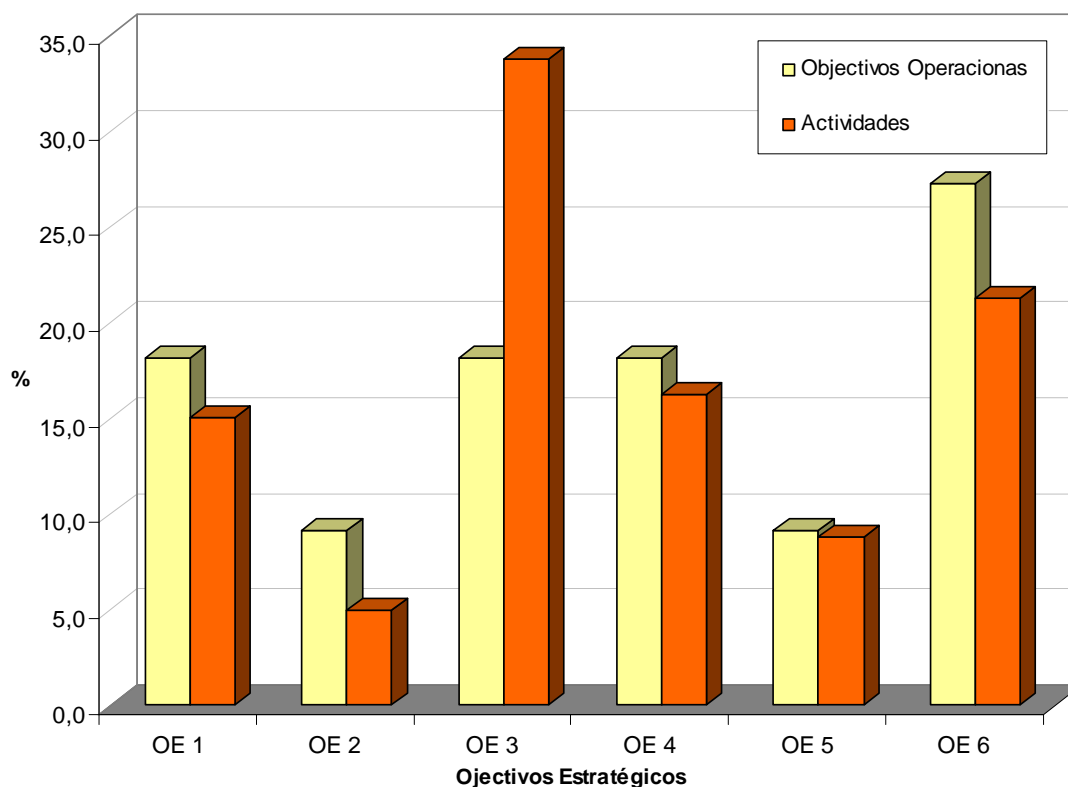
5 ESTRUTURA ORGÂNICA DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO

Estrutura Funcional



6 MATRIZ DE COERÊNCIA QUAR / PLANO DE ACTIVIDADES

Objectivos Estratégicos (QUAR)	Plano de Actividades			
	Objectivos Operacionais		Actividades	
	Nº	%	Nº	%
OE 1 Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial	2	18,2	12	15,0
OE 2 Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos à região e de outro investimento público	1	9,1	4	5,0
OE 3 Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	2	18,2	27	33,8
OE 4 Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	2	18,2	13	16,3
OE 5 Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional	1	9,1	7	8,8
OE 6 Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos	3	27,3	17	21,3
Total	11	100	80	100



Coerência QUAR / Plano de Actividades

Actividades	Objectivos Estratégicos (QUAR)					
	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6
Acautelar a ponderação no âmbito dos instrumentos de gestão territorial das orientações das políticas públicas.	✳					
Análise dos Impactos do Subprograma 3 do PRODER e do PROVERE nos territórios de baixa densidade	✳					
Análise dos movimentos pendulares no Alentejo (2001/2011)	✳					
Assegurar a representação da CCDR em órgãos e Grupos de Trabalho	✳					
Edição do Boletim "Alentejo Hoje"	✳					
Elaboração da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo	✳					
Elaboração da proposta de Programa Operacional Regional para o período 2014-2020	✳					
Elaboração de zooms temáticos em domínios relevantes do desenvolvimento regional	✳					
Gestão de informação relevante para o desenvolvimento regional	✳					
Monitorização e avaliação da aplicação dos fundos comunitários no Alentejo	✳					
Monitorizar a execução do PROT Alentejo	✳					
Análise do mérito regional das candidaturas aos Sistemas de Incentivos		✳				
Apreciação e acompanhamento de projectos de outros instrumentos financeiros		✳				
Apreciação e acompanhamento de projectos INALENTEJO		✳				
Cooperação técnica e financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e suas Associações e Particulares		✳				
Gestão do INALENTEJO		✳				
Implementação do Sistema de Informação do POR 2020		✳				
Acção de Controlo de Resíduos Perigosos			✳			
Acções de fiscalização na NUT III Alentejo Litoral, no âmbito de situações detectadas ou monitorizadas pelo SSL e/ou de reclamações/denúncias recebidas			✳			
Acções de fiscalização na NUT III Alentejo Litoral, solicitadas ao SSL			✳			
Análise da componente socio-económica e acessibilidades e logística em Instrumentos de Gestão Territorial			✳			
Análise de processos de comunicação prévia no âmbito do RJREN entrados no SSL respeitantes à NUT III Alentejo Litoral			✳			
Apoio técnico em matéria de gestão e aplicação de instrumentos de ordenamento do território.			✳			
Avaliação de mapas e planos de ruído			✳			
Cooperação com a GNR/SEPNA			✳			
Decidir processos de contra-ordenação			✳			
Decisão dos processos de AIA enquanto Autoridade de AIA			✳			
Emissão de pareceres técnicos			✳			
Exploração da rede de estações de monitorização da qualidade do ar			✳			
Fiscalização de acções submetidas a procedimentos de autorização da CCDRA (DSOT), no universo de processos tramitados em 2011/2012			✳			

Coerência QUAR / Plano de Actividades (continuação)

Actividades	Objectivos Estratégicos (QUAR)					
	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6
Fiscalização de procedimentos de controlo prévio			☀			
Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território			☀			
Gestão de processos de licenciamento			☀			
Gestão dos regimes jurídicos das restrições de utilidade pública REN e RAN			☀			
Instauração de processos de contra-ordenação com base em autos de notícia			☀			
Pareceres sobre as várias fases dos Instrumentos de Gestão Territorial (PGF)			☀			
Participação em processos de Avaliação Ambiental Estratégica			☀			
Participação em tomadas de decisão no âmbito do Ordenamento do Território			☀			
Promoção de condutas ambientais correctas			☀			
Realização de acções de pós-avaliação de projectos e actividades licenciados			☀			
Redução de Passivos Ambientais			☀			
Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL)				☀		
Acompanhar os processos relativos à Administração Local (Fundo Social Municipal e outros)				☀		
Actualização das fichas de Diagnóstico Financeiro (por município)				☀		
Apoio jurídico às autarquias locais				☀		
Carregamento de informação financeira - Administração Local - bases de informação				☀		
Desmobilização da informação para a base de dados da CCDR				☀		
Estudo "As Freguesias Alentejanas e os seus Cidadãos"				☀		
Municípios da Região Alentejo - Relatório de Execução Financeira - 2013				☀		
Participação em reuniões de grupos de trabalho (Engenharia Militar, SATAPOCAL, Coordenação Jurídica, etc.)				☀		
Relatório Financeiro das Freguesias - Relatório de Execução 2008/2011				☀		
Reuniões técnicas com as freguesias sobre matérias ligadas à administração local de índole jurídica e contabilístico-financeira				☀		
Validação das prestações de contas e documentos previsionais - Municípios (plataforma SIAL versus documentos contabilísticos)				☀		
Apoio à gestão de outros programas de iniciativa pública					☀	
Dinamizar a actividade de cooperação transnacional e inter-regional					☀	
Dinamizar as Comunidades de Trabalho transfronteiriças/ Euroregiões EUROACE e EUROAAA					☀	
Gestão estratégica e operacional do POCTEP					☀	
Actualização do inventário						☀
Concluir a implementação de Sistemas de Informação ao Trabalhador e de Apoio à Gestão						☀
Continuação da implementação do POCP						☀

Coerência QUAR / Plano de Actividades (continuação)

Actividades	Objectivos Estratégicos (QUAR)					
	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6
Contribuir para a melhoria das condições de saúde dos trabalhadores						☀
Disponibilização ao público de dados da qualidade do ar						☀
Divulgação de informação processada pela DSAJAL						☀
Elaboração da Revista de Imprensa						☀
Elaboração de conteúdos para a participação da CCDR em feiras e certames						☀
Elaboração de Notas de Imprensa						☀
Elaboração de pareceres e esclarecimentos de natureza jurídica aos Serviços da CCDRALentejo						☀
Elaboração de revista informativa em formato digital						☀
Gestão da comunicação						☀
Gestão de uma plataforma para submissão online de dados de autocontrolo de emissões atmosféricas						☀
Gestão do Fundo Documental da CCDR						☀
Gestão estratégica da CCDR						☀
Monitorização dos documentos de gestão estratégica da CCDR						☀
Monitorização dos sistemas de software livre implementados na CCDRALentejo						☀

☀ Interação entre actividades do Plano e Objectivos estratégicos QUAR

7 ACTIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

7.1 OBJECTIVO ESTRATÉGICO

OBJECTIVO OPERACIONAL / ACTIVIDADES

Tal como nos anos anteriores o Plano de Actividades instruiu-se de forma articulada, partindo dos seus objectivos estratégicos como vectores de orientação, enquadrando as suas actividades em objectivos operacionais. Toda esta estratégia é igualmente reflectida no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), para 2014.

A lógica da metodologia permite evidenciar o alinhamento do QUAR com o Plano de Actividades. Esta metodologia de abordagem permite uma observação do desempenho da organização no seu todo e valoriza a articulação entre as diferentes unidades orgânicas.

A metodologia configurou a participação activa de todas as Unidades Orgânicas da Comissão de Coordenação, bem como os seus dirigentes e gestão de topo. As actividades planeadas pretendem assegurar e dinamizar as intervenções necessárias para garantir o cumprimento da missão, da visão e dos objectivos finais da estratégia delineada.

Todo o planeamento efectuado neste Plano visou o reforço da organização quanto à sua coesão e intercomunicabilidade entre Unidades Orgânicas.

7.1.1 Objectivo Estratégico 1

Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial

Este domínio enquadra todo o trabalho da organização relacionado com a produção de estudos de análise regional e as propostas de actuação, quer ao nível estratégico, quer ao nível operacional. Assenta sobretudo na continuidade dos trabalhos iniciados em 2013 com vista á apresentação à CE da proposta de Programa Operacional Regional para o período 2014/2020 com os conteúdos regulamentarmente tipificados, operacionalizando assim a estratégia de desenvolvimento do novo Programa.

Envolve também análises para conhecer os impactos dos diferentes fundos comunitários aplicados na Região no período 2007/2013, geridos pelos diferentes Programas Operacionais, e consequentemente a sua eficácia no desenvolvimento económico e social do Alentejo

As actividades aqui previstas passam igualmente por tarefas de continuação da edição trimestral do Boletim com conteúdos informativos sobre a actualidade económica, social e territorial do Alentejo e o apuramento da articulação e cumprimento dos princípios e orientações constantes no PROT Alentejo na dinâmica dos IGT. Visa essencialmente a garantia da articulação entre as políticas nacionais e sectoriais, no quadro da sua aplicação regional e local, e a actualização da base de dados económicos e sociais e a sua disponibilização na INTRANET e no site da CCDR,

O presente objectivo agrega funções de grande importância para a Comissão de Coordenação enquanto entidade de desenvolvimento das políticas publicas na região. Engloba toda a formulação das políticas de ordenamento do território em articulação com as de planeamento, ambiente, coordenação estratégica e desenvolvimento económico e social.

Objectivo Estratégico 1_ Objectivos Operacionais_ Actividades

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tole rância	Ponto Crítico	UO
Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial	Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais	Análise dos Impactos do Subprograma 3 do PRODER e do PROVERE nos territórios de baixa densidade	Apresentação do relatório	70	Nº de dias	334	10	300	DSDR
			Proposta de estrutura de relatório	30	Nº de dias	180	10	150	
		Análise dos movimentos pendulares no Alentejo (2001/2011)	Apresentação do relatório	100	Nº de dias	90	5	80	
		Assegurar a representação da CCDR em órgãos e Grupos de Trabalho	Índice de participação	100	%	80	5	100	
		Edição do Boletim "Alentejo Hoje"	Nº de Boletins "Alentejo Hoje - Políticas Publicas e Desenvolvimento Regional"	70	Nº	3	0	4	
			Prazo após cada trimestre	30	Nº de dias	45	10	30	
		Elaboração de zooms temáticos em domínios relevantes do desenvolvimento regional	Apresentação do relatório sobre "O Alentejo no contexto Europeu"	30	Nº de dias	180	10	150	
			Apresentação do relatório sobre a situação regional em termos energéticos	40	Nº de dias	273	10	210	
			Apresentação do relatório sobre "Dinâmica Empresarial Regional-Conclusão"	30	Nº de dias	334	10	304	
		Gestão de informação relevante para o desenvolvimento regional	Prazo para actualização trimestral do site da CCDR	40	Nº de dias	30	5	20	
			Prazo para actualização trimestral da base de dados	60	Nº de dias	20	5	12	
		Monitorização e avaliação da aplicação dos fundos comunitários no Alentejo	Proposta de estrutura de relatório de 2013	30	Nº de dias	45	5	30	
			Apresentação do relatório	70	Nº de dias	181	10	150	
		Monitorizar a execução do PROT Alentejo	Índice de alterações ou revisões nos IGT que se destinaram a incorporar as orientações e directrizes previstas nos documentos de âmbito nacional e regional, face ao número total de alterações dos IGT.	100	%	30	5	40	
	Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas publicas de base regional, no quadro da preparação do novo ciclo de fundos estruturais para o Alentejo para o período 2014/2020	Acautelar a ponderação no âmbito dos instrumentos de gestão territorial das orientações das políticas públicas.	Taxa de evidências da articulação e coordenação entre intervenções dos IGT nos pareceres emitidos	100	%	85	5	95	DSOT
		Elaboração da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo	Nº de dias para a apresentação à CE da proposta de Programa Operacional Regional para o período 2014/2020	100	Nº de Dias	70	10	60	DSDR
		Elaboração da proposta de Programa Operacional Regional para o período 2014-2020	Apresentação à CE da proposta de Programa Operacional Regional para o período 2014/2020	100	Nº de Dias	90	5	80	

7.1.2 Objectivo Estratégico2

Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos á região e de outros investimentos públicos.

O presente objectivo associa todas as actividades que pretendem constituir-se como um estímulo à eficaz execução do Programa Operacional com os impactos positivos na economia e promover a aceleração da concretização do investimento público na região, num contexto de forte consolidação orçamental.

Constitui-se como propósito de relevo a implementação de um sistema de informação de gestão do Programa Operacional do próximo período de programação 2014-2020, bem como, promover a gestão do INALENTEJO no aspecto da Cooperação Técnica e Financeira

Este domínio envolve ainda a aplicação de critérios de avaliação do mérito regional nas candidaturas apresentadas ao INAlentejo,

As actividades envolvidas neste sector estratégico representam um considerável envolvimento da organização, quer quanto ao seu numero de efectivos, quer quanto á sua importância estratégica para o desempenho pretendido ao nível global da organização. Estas visam assegurar uma eficaz, adequada e transparente utilização dos apoios financeiros nacionais e Fundos Comunitários.

Objectivo Estratégico 2_ Objectivos Operacionais_ Actividades

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tole rância	Ponto Crítico	UO
Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos à região e de outro investimento público	Assegurar níveis de execução e de compromisso do INALENTEJO compatíveis com os resultados esperados	Análise do mérito regional das candidaturas aos Sistemas de Incentivos	Índice de candidaturas apreciadas dentro do prazo fixado internamente	100	%	90	5	100	DSDR
		Apreciação e acompanhamento de projectos INALENTEJO	Taxa de contribuição regional para execução do INALENTEJO (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)	50	%	90	70	80	SSP
			Taxa de cooperação técnica e financeira (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)	50	%	90	70	80	
			Taxa de cooperação técnica e financeira (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)	50	%	90	70	80	SSB
			Taxa de contribuição regional para execução do INALENTEJO (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)	50	%	90	70	80	
		Gestão do INALENTEJO	Taxa de execução do Programa INALENTEJO	40	%	80	2	85	inalentejo
			Taxa de cumprimento da regra N+2	40	%	100	2	112	
			Taxa de aprovação do Programa Operacional	20	%	112	2	115	
		Implementação do Sistema de Informação do POR 2020	Tempo para entrada em produção de módulos que permitam a submissão e análise de candidaturas	100	dias	273	30	181	
		Gestão de outros instrumentos financeiros	Apreciação e acompanhamento de projectos de outros instrumentos financeiros	Taxa de cooperação técnica e financeira (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)	50	%	90	70	80
	Taxa de contribuição regional para execução de outros instrumentos financeiros (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)			50	%	90	70	80	
	Taxa de contribuição regional para execução de outros instrumentos financeiros (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)			50	%	90	70	80	SSB
	Taxa de cooperação técnica e financeira (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)			50	%	90	70	80	
	Cooperação técnica e financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e suas Associações e Particulares		Grau de execução de programas de financiamento (Nº de processos executados / Nº de processos entrados) x 100	100	%	96	1	100	DSAJAL

7.1.3 Objectivo Estratégico 3

Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados.

Este objectivo engloba todas as áreas de intervenção ambiental. As acções a desenvolver neste âmbito são essencialmente de gestão, coordenação, acompanhamento, fiscalização, avaliação e sensibilização.

Emitir pareceres relativos a mapas e planos de ruído elaborados no âmbito dos IGT, realizar acções de pós-avaliação no âmbito das autorizações concedidas ao abrigo do RJREN nos anos de 2011 e 2012, efectuar deslocações ao terreno para verificação e/ou identificação das situações solicitadas aos serviços sub-regionais, análise aos Planos de Gestão Florestal e análise aos processos de comunicação prévia entrados na CCDR, são tarefas que se enquadram neste objectivo e que visam a garantia de manutenção da boa qualidade ambiental que se vive na região.

A emissão de pareceres no âmbito da dinâmica dos instrumentos de gestão territorial e os pareceres no âmbito da avaliação ambiental estratégica de planos e no âmbito da avaliação de impacte ambiental de projectos são outras das actividades previstas neste objectivo.

Assinala-se como importante no âmbito em causa as tarefas de participação da CCDRA na acção nacional de controlo de resíduos perigosos promovida pela SEA.

Operar as estações de monitorização da qualidade do ar da CCDR-Alentejo, incluindo a estação móvel, emitir pareceres nas várias fases do procedimento, enquanto ERAR, analisar relatórios de auto-controlo exigidos em fase de licenciamento, emitir licenças relativas a projectos e actividades de gestão de resíduos e de aterros da competência da CCDRA, emissão de pareceres sobre uso, alteração e transformação do solo, são igualmente tarefas que serão desenvolvidas no âmbito da gestão adequada do território

Os trabalhos no âmbito da gestão das infracções ambientais como: Propor decisões em processos de contra-ordenação instaurados em matérias de ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza.

Instrução de processos de contra-ordenação em matéria de ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza, com base em autos de notícia, resposta a solicitações/ acções conjuntas com o SEPNA, acções de dinamização, junto das entidades para clarificação da acção de deposição ilegal de resíduos Acções de fiscalização/monitorização realizadas, são outras acções desenvolvidas e que contribuem para a gestão do território nas suas diversas vertentes.

A preocupação ambiental constitui uma boa parte das actividades da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, sustentando assim a estratégia definida para a região de modo a utilizar a qualidade ambiental como um dos pontos fortes a preservar.

Objectivo Estratégico 3_ Objectivos Operacionais_ Actividades

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico	UO	
Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região	Acção de Controlo de Resíduos Perigosos	Nº de acções de controlo realizadas a operadores OGR no âmbito dos resíduos perigosos	100	nº	8	0	8	SSB	
		Análise de processos de comunicação prévia no âmbito do RJREN entrados no SSL respeitantes à NUT III Alentejo Litoral	(Nº de processos analisados pelo SSL/Nº de processos entrados)x100	100	%	85	5	95	SSL	
		Avaliação de mapas e planos de ruído	Taxa de avaliação (Nº de mapas de ruído e planos de ruído acompanhados/nº solicitações x 100)	100	%	90	5	100	DSA	
		Decisão dos processos de AIA enquanto Autoridade de AIA	Taxa de colaboração em desenvolvimento de processos com a Autoridade Nacional de AIA (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100)	40	%	95	3	100		
			Nº de novos processos de pós-avaliação implementados	20	nº	3	1	6		
		Exploração da rede de estações de monitorização da qualidade do ar	Taxa de decisão dos processos de AIA (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100)	40	%	95	3	100	SSL	
			Taxa de eficiência: (Somatório ponderado das taxas de eficiência de todas as estações (a taxa de eficiência de cada estação é o somatório ponderado dos parâmetros medidos por estação)	50	%	90	5	100		
		Fiscalização de procedimentos de controlo prévio	Taxa de eficiência da estação móvel: (Somatório ponderado dos parâmetros medidos)	50	%	90	5	100	DSA	
			Taxa de fiscalização de procedimentos de controlo prévio pela DSA e DSOT, concluídos em 2014	100	%	50	10	65		
		Gestão de processos de licenciamento	Taxa de fiscalização de procedimentos de controlo prévio pela DSA e DSOT, concluídos em 2014	100	%	50	10	65	DSOT	
			Taxa de licenciamento de resíduos e de aterros (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100)	35	%	95	3	100	DSA	
			Taxa de participação em processos de unidades extrativas (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100)	30	%	95	3	100		
				Taxa de participação em processos de unidades industriais/pecuárias (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100)	35	%	95	3	100	

Objectivo Estratégico 3_ Objectivos Operacionais_ Actividades (Continuação)

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tole rância	Ponto Crítico	UO
Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região	Instauração de processos de contraordenação com base em autos de notícia	Índice de instauração de processos de contraordenação com base em autos de notícia por infrações ambientais (Nº total de processos instaurados/Nº de autos de notícia entrados em 2014, até 15 de outubro)x100	100	%	55	5	65	DSAJAL
		Participação em processos de Avaliação Ambiental Estratégica	Taxa de participação (Nº processos respondidos/ nº total de processos solicitados x 100)	100	%	90	5	100	DSA
		Promoção de condutas ambientais corretas	Acções de formação no âmbito das matérias/competências de fiscalização da CCDR dirigida á DSF/DSA e DSOT	30	nº	2	1	4	DSF
			Elaboração e divulgação (envio) de folheto informativo, direccionado às Autarquias Locais	40	nº	1	0	2	
			Taxa de actualização da página da Fiscalização na INTRANET (nº actualizações da ferramenta/nº de actualizações legislativas em matéria de ambiente/ord. Território)*100	30	%	95	3	100	
		Realização de acções de pós-avaliação de projectos e actividades licenciados	Taxa de análise (% de análise de relatórios recebidos (PCIP, pedreiras, emissões para a atmosfera, ruído e resíduos))	50	%	75	5	90	DSA
			Taxa de Pós Avaliação de processos desenvolvidos na DSA	50	%	85	5	92	
		Redução de Passivos Ambientais	Número de acções de fiscalização/monitorização realizadas	50	Nº	90	50	80	SSB
			Número de acções de dinamização desenvolvidas	50	Nº	2	1	1	
			Número de acções de fiscalização/monitorização realizadas	50	Nº	90	50	80	SSP
			Número de acções desenvolvidas das entidades, para clarificação da acção de deposição ilegal de resíduos	50	Nº	2	1	1	

Objectivo Estratégico 3_ Objectivos Operacionais_ Actividades (Continuação)

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico	UO
Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	Fazer cumprir a aplicação dos instrumentos de gestão do território	Análise da componente socio-económica e acessibilidades e logística em Instrumentos de Gestão Territorial	Elaboração de pareceres dentro dos prazos fixados internamente	100	%	80	5	70	DSDR
		Apoio técnico em matéria de gestão e aplicação de instrumentos de ordenamento do território.	Pareceres emitidos face às solicitações	30	%	85	5	95	DSOT
			Atendimentos realizados face às solicitações	70	%	85	5	95	
		Emissão de pareceres técnicos	Número de pareceres emitidos face ao total solicitado	70	%	95	2	100	
			Número de pareceres emitidos face aos solicitados.	30	%	95	2	100	
		Gestão dos regimes jurídicos das restrições de utilidade pública REN e RAN	Número de reuniões da ERRAN participadas face às ocorridas	20	%	95	2	100	
			Número de processos concluídos face ao número de requerimentos entrados.	80	%	95	2	100	
		Pareceres sobre as várias fases dos Instrumentos de Gestão Territorial (PGF)	(Nº de processos apreciados pelo SSL/Nº de processos solicitados ao SSL)x100	100	%	85	5	95	SSL
		Participação em tomadas de decisão no âmbito do Ordenamento do Território	Taxa de presenças em reuniões	50	%	98	90	95	SSP
			Taxa de processos apreciados	50	%	90	80	85	SSB
	Taxa de processos apreciados		50	%	90	80	85	SSP	
			Taxa de presenças em reuniões	50	%	98	90	95	SSB
	Gestão de infracções ambientais	Acção de Controlo de Resíduos Perigosos	Acções de controlo a operadores OGR realizadas	100	nº	8	0	8	DSF
		Acções de fiscalização na NUT III Alentejo Litoral, no âmbito de situações detectadas ou monitorizadas pelo SSL e/ou de reclamações/denúncias recebidas	Taxa de verificações no local: (N.º de Informações/N.º de situações) x 100	100	%	85	5	95	SSL
			(Nº de acções efectuadas pelo SSL/nº total de acções solicitadas ao SSL)x100	100	%	85	5	95	
		Cooperação com a GNR/SEPNA	Taxa de prestação de esclarecimentos ou acções conjuntas: (N.º de esclarecimentos ou acções/N.º de solicitações) x 100	100	%	85	5	100	DSF
		Decidir processos de contraordenação	Índice de decisões de processos de contraordenação (Nº total de decisões / Nº de instaurações em 2014, até 15 de outubro) x 100	100	%	30	10	60	DSAJAL
		Fiscalização de ações submetidas a procedimentos de autorização da CCDRA (DSOT), no universo de processos tramitados em 2011/2012	Nº de verificações das ações processadas pela DSOT	100	nº	100	5	110	DSF
			taxa de relatórios elaborados num prazo de 20 dias	30	%	80	10	95	
			Taxa de resposta aos reclamantes num prazo de 30 dias (nº reclamações respondidas/nº de reclamações recebidas)*100	30	%	80	10	95	
Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território	Taxa de verificações no local (N.º de Informações / N.º de processos) x 100	40	%	90	5	100			

7.1.4 Objectivo Estratégico 4

Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações.

Este objectivo engloba actividades de interacção e traduzirá a atitude da organização quanto à cooperação institucional com as autarquias locais e as suas associações.

A finalidade pretendida com esta vertente do Plano de Actividades subdivide-se em duas grandes áreas de trabalho: Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações e efectuar estudos que permitam um adequado acompanhamento e caracterização da actividade da administração local.

Desta forma serão desenvolvidas tarefas de apoio jurídico em todos os domínios de atribuições das entidades da administração local, apoio jurídico informal aos eleitos locais e aos serviços das autarquias e entidades equiparadas, no âmbito das suas competências, prestado apoio às autarquias ao nível contabilístico e financeiro, em complemento com as actividades do SATAPOCAL, validação da despesa de Fundo Municipal consignado no OE, quer das fichas trimestrais quer dos dossier contabilísticos dos municípios.

Na componente da caracterização do meio autárquico serão desenvolvidos estudos de caracterização e composição e evolução financeira respeitante aos municípios do Alentejo para o exercício de 2013 e para o período de 2003 a 2013 e um estudo com base de um questionário lançado às freguesias alentejanas, contendo diversa informação de identificação, competências, serviços a prestar, procedimentos contabilísticos e outras.

Será ainda recolhida e processada informação no Observatório da CCDR para posterior disponibilização ligada a matérias da administração local.

Objectivo Estratégico 4_ Objectivos Operacionais_ Actividades

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico	UO
Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações	Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL)	Grau de execução (Nº de suportes de apoio ou esclarecimento elaborados ou participados / Nº de suportes de apoio ou esclarecimento solicitados) x 100	100	%	95	1	100	DSA JAL
		Acompanhar os processos relativos à Administração Local (Fundo Social Municipal e outros)	Tempo para execução dos processos - a contar de 01 de Abril - (validação das fichas trimestrais)	60	dias úteis	62	1	43	
		Apoio jurídico às autarquias locais	Grau de execução de validação de processos (dossier de documentação contabilística sediados nos municípios) (Nº de processos validados / Nº de processos atribuídos) x 100	40	%	80	5	100	
			Grau de execução dos pedidos (via telefone ou presencial) de informação e esclarecimento das Autarquias (Nº de respostas / Nº de solicitações) x 100	50	%	88	3	98	
			Índice de resposta de pareceres jurídicos das autarquias locais e suas associações (Nº total de pareceres emitidos/Nº de pedidos de parecer recebidos em 2014, até 15 de outubro)x100	50	%	75	5	88	
		Disponibilização da informação para a base de dados da CCDR	Prazo para execução do quadro relativo à informação nas áreas dos pareceres jurídicos e das contraordenações	40	dias úteis	101	3	83	
			Grau de execução da disponibilização da informação relativa à área financeira e da cooperação autárquica	60	dias úteis	123	2	104	
		Municípios da Região Alentejo - Relatório de Execução Financeira - 2013	Prazo de execução do estudo "Municípios da Região Alentejo – Relatório de Execução Financeira de 2013" - a contar de 01 de abril – em dias úteis I	100	dias úteis	135	0	105	
		Participação em reuniões de grupos de trabalho (Engenharia Militar, SATAPOCAL, Coordenação Jurídica, etc.)	Grau de participação (Nº de eventos participados / Nº de eventos realizados) x 100	100	%	90	1	100	
		Reuniões técnicas com as freguesias sobre matérias ligadas à administração local de índole jurídica e contabilístico-financeira	Nº de reuniões	100	Nº	4	1	7	
	Validação das prestações de contas e documentos previsionais - Municípios (plataforma SIAL versus documentos contabilísticos)	Tempo para execução da validação das prestações de contas e documentos previsionais- a contar de 01 de Abril -	100	dias úteis	150	5	127		
	Acompanhar a actividade da administração local	Actualização das fichas de Diagnóstico Financeiro (por município)	Actualização das fichas - a contar de 01 de Novembro	100	dias úteis	20	0	15	
		Carregamento de informação financeira - Administração Local - bases de informação	Numero de dias para carregamento da informação financeira(municípios e suas associações) - a contar de 01 de Abril	50	dias úteis	100	1	85	
			Volume de informação analisada (freguesias) (Nº de prestações de contas analisadas / Nº de prestações de contas das freguesias alentejanas) x 100	50	%	90	5	100	
		Estudo "As Freguesias Alentejanas e os seus Cidadãos"	Tempo para execução do estudo (conclusão do estudo plurianual)	100	dias úteis	62	1	42	
Relatório Financeiro das Freguesias - Relatório de Execução 2008/2011		Tempo para execução do relatório (conclusão do estudo plurianual)	100	dias úteis	104	1	83		

7.1.5 Objectivo Estratégico 5

Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional.

Na presente área pretende-se assegurar a boa cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional. Aqui enquadram-se todas as actividades relacionadas com a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional passando pelas tarefas de desenhar, planear e propor formas de aplicação das políticas de cooperação nacional e internacional.

Este domínio assegura também as tarefas cometidas à coordenação regional do POCTEP, nomeadamente análise e parecer sobre pedido de alteração de projectos, esclarecimentos a beneficiários, validação, verificação de despesas e auditoria de projectos, participação nos órgãos de gestão do programa.

Acções inerentes à execução de actividades dos órgãos de Coordenação, Gestão e Acompanhamento das Euroregiões Acções de difusão, Formação, Promoção, Publicidade e Comunicação das Euroregiões

Acções essenciais à organização, gestão e participação directa ou mediatizada e análises e pareceres documentais inerentes à Coordenação, Gestão e Acompanhamento dos organismos e à execução das actividades dos órgãos estatutários de instituições e Programas Acções de difusão de Informação, Promoção, Publicidade e Comunicação coordenadas, geridas ou acompanhadas por via directa ou mediatizada e pareceres documentais inerentes à coordenação, gestão e acompanhamento das instituições com as quais a CCDR mantém relações e diálogo.

Objectivo Estratégico 5_ Objectivos Operacionais_ Actividades

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico	UO
Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional	Apoio à gestão de outros programas de iniciativa pública		Informações e pareceres elaborados/informações e pareceres solicitados	100	%	90	80	95	SSP
			Informações e pareceres elaborados/informações e pareceres solicitados	100	%	90	2	95	SSB
	Dinamizar a actividade de cooperação transnacional e inter-regional		Nº de Actividades de cooperação asseguradas;	50	N.º	18	3	22	DCI
			Acções de difusão realizadas	50	N.º	10	2	15	
	Dinamizar as Comunidades de Trabalho transfronteiriças/ Euroregiões EUROACE e EUROAAA		Acções de acompanhamento desempenhadas	50	N.º	10	2	15	
			Acções de difusão realizadas	50	N.º	15	3	20	
	Gestão estratégica e operacional do POCTEP		Acções de coordenação desempenhadas	50	N.º	75	5	92	
			Grupos de trabalho/órgãos de gestão acompanhados	10	N.º	5	1	10	
			Taxa de execução da II convocatória do POCTEP	40	%	50	5	61	

7.1.6 Objectivo Estratégico 6

Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos.

As actividades aqui previstas reflectem a preocupação da organização em manter um serviço de qualidade face à sua relação com os utentes externos e a motivação e desenvolvimento de desempenho dos seus colaboradores internos.

No âmbito descrito incluem-se actividades cujo enfoque se dirige para o exterior da organização assentes em boa parte nos seus instrumentos de gestão interna como sejam o Quadro de Avaliação e Responsabilização, o Plano de Actividades, o relatório de Actividades e Auto-Avaliação e os relatórios de monitorização respectivos. Também se incluem aqui actividades de prestação de informação aos cidadãos, como sejam: Disponibilização em base de dados nacional online os dados da monitorização da qualidade do ar da rede de estações da CCDR-Alentejo, a gestão da comunicação para os órgãos de comunicação social (OCS), a elaboração de uma revista informativa em formato digital bem como a construção e disponibilização de uma plataforma digital para submissão online dos dados do autocontrolo exigidos em sede de licenciamento.

Existem igualmente algumas actividades cujo enfoque se dirige aos colaboradores da CCDR. A implementação da prática de Medicina Laboral envolve reveste-se de interesse a assinalar sendo mesmo um dos objectivos reflectidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2014. Outro exemplo trata-se da conclusão da implementação do Sistema de Gestão da Assiduidade - GAS (Portal do Trabalhador + Portal de Aprovação + Portal de Autorização)

Objectivo Estratégico 6_ Objectivos Operacionais_ Actividades

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico	UO		
Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos	Contribuir para a melhoria das condições de saúde dos trabalhadores através da promoção da Medicina Laboral	Contribuir para a melhoria das condições de saúde dos trabalhadores	Taxa de cobertura	100	%	80	2	95	DSCGAF		
		Disponibilização ao público de dados da qualidade do ar	Nº de dias em que o registo regional surge na base de dados nacional (ar) excepto domingos e feriados	100	dias	305	15	365	SSL		
	Melhorar a comunicação com os parceiros externos	Melhorar a comunicação com os parceiros externos	Divulgação de informação processada pela DSAJAL	Grau de execução de divulgação de informação - (Informação divulgada / Informação produzida para o exterior)	100	%	70	5	90	DSAJAL	
			Elaboração de conteúdos para a participação da CCDR em feiras e certames	Conteudos elaborados	100	Nº	6	1	8	GABC	
			Elaboração de Notas de Imprensa	Notas de Imprensa enviadas	100	Nº	70	5	80		
			Elaboração de revista informativa em formato digital	Publicação da revista	100	Nº	3	1	4		
			Gestão da comunicação	Nº de notícias publicadas na imprensa regional Nº de notícias publicadas na imprensa nacional	50 50	Nº Nº	200 15	10 5	250 25		
			Gestão de uma plataforma para submissão online de dados de autocontrolo de emissões atmosféricas	Numero de dias para operacionalização de uma plataforma online para submissão de relatórios de emissões atmosféricas	100	nº	180	30	145	DSA	
			Gestão do Fundo Documental da CCDR	Gestão do Fundo Documental da CCDR	Operacionalização interna e externa do "Centro de Documentação ON-LINE"	30	Nº de dias	90	10	75	DSDR
					Taxa de catalogação das publicações recebidas	30	%	90	5	100	
					Índice de catalogação do banco de imagens (materiais recebidos em 2014)	40	%	75	5	90	
			Inovar nos processos internos de gestão	Inovar nos processos internos de gestão	Actualização do inventário	taxa de registo na base de dados	100	%	70	5	80
	Concluir a implementação de Sistemas de Informação ao Trabalhador e de Apoio à Gestão	nº de aplicações totalmente implementadas Conclusão da implementação do Balanced Scorecard - BSC			75 25	nº nº	2 1	1 0	3 1		
	Continuação da implementação do POCP	nº de mapas exportados para o RIGORE			100	nº	15	1	16		
	Elaboração da Revista de Imprensa	Editada diariamente até à hora determinada			100	horas	11	0,5	10	GABC	
	Elaboração de pareceres e esclarecimentos de natureza jurídica aos Serviços da CCDRALentejo	Índice de respostas (Nº de respostas / Nº de solicitações) x 100			100	%	79	3	90	DSAJAL	
	Gestão estratégica da CCDR	Gestão estratégica da CCDR			Conclusão do Plano de Actividades para 2014	20	Nº de dias	30	5	25	DSDR
					Elaboração do Plano de Actividades para 2015	40	Nº de dias	310	10	298	
					Elaboração do QUAR para 2015	40	Nº de dias	310	5	300	
					Monitorização semestral do Plano de Actividades de 2014	30	Nº de dias	210	10	195	
	Monitorização dos documentos de gestão estratégica da CCDR	Monitorização dos documentos de gestão estratégica da CCDR			Elaboração do Relatório de Actividades e Auto-avaliação de 2013	40	Nº de dias	90	5	80	DSDR
					Monitorização trimestral do QUAR 2014	30	Nº de dias	30	5	20	
	Monitorização dos sistemas de software livre implementados na CCDRALentejo	Monitorização dos sistemas de software livre implementados na CCDRALentejo			nº de pedidos de assistência técnica resolvidos	100	nº	150	20	170	DSCGAF

7.2 OBJECTIVOS OPERACIONAIS E ACTIVIDADES / UNIDADE ORGÂNICA

O Plano Anual de Actividades que agora se apresenta resulta assim de um trabalho participado por todos os colaboradores e dirigentes da CCDRA e revela um esforço na abordagem integrada de muitas temáticas, mediante actividades transversais a várias unidades orgânicas, reforçando-se também assim a coesão interna e a qualidade das respostas.

Outra dimensão que importa relevar é o empenho num trabalho participado e colaborativo com as entidades e os agentes regionais, o que está presente em muitas das actividades previstas, nomeadamente no que respeita à preparação do novo ciclo de fundos comunitários para a Região, de que o futuro Programa Operacional 2014/2020 é um elemento chave.

O Programa Operacional Regional 2007/2013 (INALENTEJO) aproxima-se do seu fim, merecendo por isso uma atenção especial, com um conjunto de metas importante para que a Região não deixe de vir a contar com os fundos comunitários a que tem direito, no quadro dos objectivos e dos resultados para o desenvolvimento económico e social do Alentejo que se encontram previstos.

Neste ponto apresentam-se as actividades inerentes a cada uma das Unidades Orgânicas da organização de forma a que a sua avaliação e a dos seus dirigentes, conforme previsto na lei, possa ser efectuada de uma forma directa.

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional - Objectivos Estratégicos, Operacionais e Actividades

UO	Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico
DSDR	Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial	Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais	Análise dos Impactos do Subprograma 3 do PRODER e do PROVERE nos territórios de baixa densidade	Apresentação do relatório	70	Nº de dias	334	10	300
				Proposta de estrutura de relatório	30	Nº de dias	180	10	150
			Análise dos movimentos pendulares no Alentejo (2001/2011)	Apresentação do relatório	100	Nº de dias	90	5	80
			Assegurar a representação da CCDR em órgãos e Grupos de Trabalho	Índice de participação	100	%	80	5	100
			Edição do Boletim "Alentejo Hoje"	Nº de Boletins "Alentejo Hoje - Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional"	70	Nº	3	0	4
				Prazo após cada trimestre	30	Nº de dias	45	10	30
			Elaboração de zooms temáticos em domínios relevantes do desenvolvimento regional	Apresentação do relatório sobre "Dinâmica Empresarial Regional-Conclusão"	30	Nº de dias	334	10	304
			Elaboração de zooms temáticos em domínios relevantes do desenvolvimento regional	Apresentação do relatório sobre a situação regional em termos energéticos	40	Nº de dias	273	10	210
				Apresentação do relatório sobre "O Alentejo no contexto Europeu"	30	Nº de dias	180	10	150
			Gestão de informação relevante para o desenvolvimento regional	Prazo para actualização trimestral da base de dados	60	Nº de dias	20	5	12
				Prazo para actualização trimestral do site da CCDR	40	Nº de dias	30	5	20
			Monitorização e avaliação da aplicação dos fundos comunitários no Alentejo	Apresentação do relatório	70	Nº de dias	181	10	150
				Proposta de estrutura de relatório de 2013	30	Nº de dias	45	5	30
			Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base regional, no quadro da	Elaboração da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo	Nº de dias para a apresentação à CE da proposta de Programa Operacional Regional para o período	100	Nº de Dias	70	10
		Elaboração da proposta de Programa Operacional Regional para o período 2014-2020	Apresentação à CE da proposta de Programa Operacional Regional para o período 2014/2020	100	Nº de Dias	90	5	80	
	Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos à região e de outro investimento público	Assegurar níveis de execução e de compromisso do INALENTEJO compatíveis com os resultados	Análise do mérito regional das candidaturas aos Sistemas de Incentivos	Índice de candidaturas apreciadas dentro do prazo fixado internamente	100	%	90	5	100
	Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais	Fazer cumprir a aplicação dos instrumentos de gestão do território	Análise da componente socio-económica e acessibilidades e logística em Instrumentos de Gestão Territorial	Elaboração de pareceres dentro dos prazos fixados internamente	100	%	80	5	70
	Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos	Melhorar a comunicação com os parceiros externos	Gestão do Fundo Documental da CCDR	Índice de catalogação do banco de imagens (materiais recebidos em 2014)	40	%	75	5	90
				Taxa de catalogação das publicações recebidas	30	%	90	5	100
				Operacionalização interna e externa do "Centro de Documentação ON-LINE"	30	Nº de dias	90	10	75
				Elaboração do Plano de Actividades para 2015	40	Nº de dias	310	10	298
		Inovar nos processos internos de gestão	Gestão estratégica da CCDR	Conclusão do Plano de Actividades para 2014	20	Nº de dias	30	5	25
				Elaboração do QUAR para 2015	40	Nº de dias	310	5	300
Monitorização trimestral do QUAR 2014				30	Nº de dias	30	5	20	
Monitorização dos documentos de gestão estratégica da CCDR				30	Nº de dias	210	10	195	
	Elaboração do Relatório de Actividades e Auto-avaliação de 2013	40	Nº de dias	90	5	80			

Direcção de Serviços de Ordenamento do Território - Objectivos Estratégicos, Operacionais e Actividades

UO	Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico
DSOT	Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial	Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais	Monitorizar a execução do PROT Alentejo	Índice de alterações ou revisões nos IGT que se destinaram a incorporar as orientações e directrizes previstas nos documentos de âmbito nacional e regional, face ao número total de alterações dos IGT.	100	%	30	5	40
		Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base regional, no quadro da preparação do novo ciclo de fundos estruturais para o	Acautelar a ponderação no âmbito dos instrumentos de gestão territorial das orientações das políticas públicas.	Taxa de evidências da articulação e coordenação entre intervenções dos IGT nos pareceres emitidos	100	%	85	5	95
	Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região	Fiscalização de procedimentos de controlo prévio	Taxa de fiscalização de procedimentos de controlo prévio pela DSA e DSOT, concluídos em 2014	100	%	50	10	65
		Fazer cumprir a aplicação dos instrumentos de gestão do território	Apoio técnico em matéria de gestão e aplicação de instrumentos de ordenamento do território.	Atendimentos realizados face às solicitações	70	%	85	5	95
				Pareceres emitidos face às solicitações	30	%	85	5	95
			Emissão de pareceres técnicos	Número de pareceres emitidos face ao total solicitado	70	%	95	2	100
				Número de pareceres emitidos face aos solicitados.	30	%	95	2	100
			Gestão dos regimes jurídicos das restrições de utilidade pública REN e RAN	Número de reuniões da ERRAN participadas face às ocorridas	20	%	95	2	100
				Número de processos concluídos face ao número de requerimentos entrados.	80	%	95	2	100

Direcção de Serviços de Ambiente - Objectivos Estratégicos, Operacionais e Actividades

UO	Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico
DSA	Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região	Avaliação de mapas e planos de ruído	Taxa de avaliação (Nº de mapas de ruído e planos de ruído acompanhados/nº solicitações x 100)	100	%	90	5	100
			Decisão dos processos de AIA enquanto Autoridade de AIA	Taxa de colaboração em desenvolvimento de processos com a Autoridade Nacional de AIA (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100)	40	%	95	3	100
				Taxa de decisão dos processos de AIA (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100)	40	%	95	3	100
				Nº de novos processos de pós-avaliação implementados	20	nº	3	1	6
			Fiscalização de procedimentos de controlo prévio	Taxa de fiscalização de procedimentos de controlo prévio pela DSA e DSOT, concluídos em 2014	100	%	50	10	65
			Gestão de processos de licenciamento	Taxa de participação em processos de unidades extrativas (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100)	30	%	95	3	100
				Taxa de participação em processos de unidades industriais/pecuárias (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100)	35	%	95	3	100
				Taxa de licenciamento de resíduos e de aterros (Nº processos desenvolvidos/ nº total de processos solicitados x 100)	35	%	95	3	100
			Participação em processos de Avaliação Ambiental Estratégica	Taxa de participação (Nº processos respondidos/ nº total de processos solicitados x 100)	100	%	90	5	100
			Realização de acções de pós-avaliação de projectos e actividades licenciados	Taxa de análise (% de análise de relatórios recebidos (PCIP, pedreiras, emissões para a atmosfera, ruído e resíduos))	50	%	75	5	90
	Taxa de Pós Avaliação de processos desenvolvidos na DSA	50		%	85	5	92		
	Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos	Melhorar a comunicação com os parceiros externos	Gestão de uma plataforma para submissão online de dados de autocontrolo de emissões atmosféricas	Numero de dias para operacionalização de uma plataforma online para submissão de relatórios de emissões atmosféricas	100	nº	180	30	145

Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local - Objectivos Estratégicos, Operacionais e Actividades

UO	Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico
DSAJAL	Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos à região e de outro investimento público	Gestão de outros instrumentos financeiros	Cooperação técnica e financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e suas Associações e Particulares	Grau de execução de programas de financiamento (Nº de processos executados / Nº de processos entrados) x 100	100	%	96	1	100
	Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região	Instauração de processos de contraordenação com base em autos de notícia	Índice de instauração de processos de contraordenação com base em autos de notícia por infrações ambientais (Nº total de processos instaurados/Nº de autos de notícia entrados em 2014, até 15 de outubro)x100	100	%	55	5	65
		Gestão de infracções ambientais	Decidir processos de contraordenação	Índice de decisões de processos de contraordenação(Nº total de decisões / Nº de instaurações em 2014, até 15 de outubro) x 100	100	%	30	10	60
	Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos	Melhorar a comunicação com os parceiros externos	Divulgação de informação processada pela DSAJAL	Grau de execução de divulgação de informação - (Informação divulgada / Informação produzida para o exterior)	100	%	70	5	90
		Inovar nos processos internos de gestão	Elaboração de pareceres e esclarecimentos de natureza jurídica aos Serviços da CCDRALentejo	Índice de respostas (Nº de respostas / Nº de solicitações) x 100	100	%	79	3	90

Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local - Objectivos Estratégicos, Operacionais e Actividades (Continuação)

UO	Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico
DSA.JAL	Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	Apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações	Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL)	Grau de execução (Nº de suportes de apoio ou esclarecimento elaborados ou participados / Nº de suportes de apoio ou esclarecimento solicitados) x 100	100	%	95	1	100
			Acompanhar os processos relativos à Administração Local (Fundo Social Municipal e outros)	Grau de execução de validação de processos (dossier de documentação contabilística sediados nos municípios) (Nº de processos validados / Nº de processos atribuídos) x 100	40	%	80	5	100
				Tempo para execução dos processos - a contar de 01 de Abril - (validação das fichas trimestrais)	60	dias úteis	62	1	43
			Apoio jurídico às autarquias locais	Grau de execução dos pedidos (via telefone ou presencial) de informação e esclarecimento das Autarquias (Nº de respostas / Nº de solicitações) x 100	50	%	88	3	98
				Índice de resposta de pareceres jurídicos das autarquias locais e suas associações (Nº total de pareceres emitidos/Nº de pedidos de parecer recebidos em 2014, até 15 de outubro)x100	50	%	75	5	88
			Disponibilização da informação para a base de dados da CCDR	Grau de execução da disponibilização da informação relativa à área financeira e da cooperação autárquica	60	dias úteis	123	2	104
				Prazo para execução do quadro relativo à informação nas áreas dos pareceres jurídicos e das contraordenações	40	dias úteis	101	3	83
			Municípios da Região Alentejo - Relatório de Execução Financeira - 2013	Prazo de execução do estudo "Municípios da Região Alentejo – Relatório de Execução Financeira de 2013" - a contar de 01 de abril – em dias úteis I	100	dias úteis	135	0	105
			Participação em reuniões de grupos de trabalho (Engenharia Militar, SATAPOCAL, Coordenação Jurídica, etc.)	Grau de participação (Nº de eventos participados / Nº de eventos realizados) x 100	100	%	90	1	100
		Reuniões técnicas com as freguesias sobre matérias ligadas à administração local de índole jurídica e contabilístico-financeira	Nº de reuniões	100	Nº	4	1	7	
		Validação das prestações de contas e documentos previsionais - Municípios (plataforma SIAL versus documentos contabilísticos)	Tempo para execução da validação das prestações de contas e documentos previsionais- a contar de 01 de Abril -	100	dias úteis	150	5	127	
		Acompanhar a actividade da administração local	Actualização das fichas de Diagnóstico Financeiro (por município)	Actualização das fichas - a contar de 01 de Novembro	100	dias úteis	20	0	15
			Carregamento de informação financeira - Administração Local - bases de informação	Numero de dias para carregamento da informação financeira(municípios e suas associações) - a contar de 01 de Abril	50	dias úteis	100	1	85
				Volume de informação analisada (freguesias) (Nº de prestações de contas analisadas / Nº de prestações de contas das freguesias alentejanas) x 100	50	%	90	5	100
			Estudo "As Freguesias Alentejanas e os seus Cidadãos"	Tempo para execução do estudo (conclusão do estudo plurianual)	100	dias úteis	62	1	42
Relatório Financeiro das Freguesias - Relatório de Execução 2008/2011	Tempo para execução do relatório (conclusão do estudo plurianual)		100	dias úteis	104	1	83		

Direcção de Serviços de Fiscalização - Objectivos Estratégicos, Operacionais e Actividades

UO	Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico
DSF	Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região	Promoção de condutas ambientais corretas	Acções de formação no âmbito das matérias/competências de fiscalização da CCDR dirigida à DSF/DSA e DSOT	30	nº	2	1	4
				Elaboração e divulgação (envio) de folheto informativo, direccionado às Autarquias Locais	40	nº	1	0	2
				Taxa de actualização da página da Fiscalização na INTRANET (nº actualizações da ferramenta/nº de actualizações legislativas em matéria de ambiente/ord. Território)*100	30	%	95	3	100
		Gestão de infracções ambientais	Acção de Controlo de Resíduos Perigosos	Acções de controlo a operadores OGR realizadas	100	nº	8	0	8
			Cooperação com a GNR/SEPNA	Taxa de prestação de esclarecimentos ou acções conjuntas: (N.º de esclarecimentos ou acções/N.º de	100	%	85	5	100
			Fiscalização de acções submetidas a procedimentos de autorização da CCDRA (DSOT), no universo de processos tramitados em 2011/2012	Nº de verificações das acções processadas pela DSOT	100	nº	100	5	110
			Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território	taxa de relatórios elaborados num prazo de 20 dias	30	%	80	10	95
				Taxa de verificações no local (N.º de Informações/N.º de processos) x 100	40	%	90	5	100
				Taxa de resposta aos reclamantes num prazo de 30 dias (nº reclamações respondidas/nº de reclamações recebidas)*100	30	%	80	10	95

Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira - Objectivos Estratégicos, Operacionais e Actividades

UO	Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico
DSCGAF	Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos	Contribuir para a melhoria das condições de saúde dos trabalhadores através da promoção da Medicina Laboral	Contribuir para a melhoria das condições de saúde dos trabalhadores	Taxa de cobertura	100	%	80	2	95
		Inovar nos processos internos de gestão	Actualização do inventário	taxa de registo na base de dados	100	%	70	5	80
			Concluir a implementação de Sistemas de Informação ao Trabalhador e de Apoio à Gestão	nº de aplicações totalmente implementadas	75	nº	2	1	3
				Conclusão da implementação do Balanced Scorecard - BSC	25	nº	1	0	1
			Continuação da implementação do POCP	nº de mapas exportados para o RIGORE	100	nº	15	1	16
			Monitorização dos sistemas de software livre implementados na CCDRALentejo	nº de pedidos de assistência técnica resolvidos	100	nº	150	20	170

Divisão de Cooperação Inter-regional - Objectivos Estratégicos, Operacionais e Actividades

UO	Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico
DCI	Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional	Dinamizar a cooperação entre agentes regionais, interregionais e transfronteiriços visando a competitividade do território	Dinamizar a actividade de cooperação transnacional e inter-regional	Nº de Actividades de cooperação asseguradas;	50	N.º	18	3	22
				Acções de difusão realizadas	50	N.º	10	2	15
			Dinamizar as Comunidades de Trabalho transfronteiriças/ Eurorregiões EUROACE e EUROAAA	Acções de difusão realizadas	50	N.º	15	3	20
				Acções de acompanhamento desempenhadas	50	N.º	10	2	15
			Gestão estratégica e operacional do POCTEP	Taxa de execução da II convocatória do POCTEP	40	%	50	5	61
				Grupos de trabalho/órgãos de gestão acompanhados	10	N.º	5	1	10
				Acções de coordenação desempenhadas	50	N.º	75	5	92

Serviço Sub-Regional de Portalegre - Objectivos Estratégicos, Operacionais e Actividades

UO	Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico
SSP	Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos à região e de outro investimento público	Assegurar níveis de execução e de compromisso do INALENTEJO compatíveis com os resultados esperados	Apreciação e acompanhamento de projectos INALENTEJO	Taxa de cooperação técnica e financeira (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)	50	%	90	70	80
				Taxa de contribuição regional para execução do INALENTEJO (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)	50	%	90	70	80
		Gestão de outros instrumentos financeiros	Apreciação e acompanhamento de projectos de outros instrumentos financeiros	Taxa de contribuição regional para execução de outros instrumentos financeiros (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)	50	%	90	70	80
				Taxa de cooperação técnica e financeira (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)	50	%	90	70	80
	Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região	Redução de Passivos Ambientais	Número de acções desenvolvidas das entidades, para clarificação da acção de deposição ilegal de resíduos	50	Nº	2	1	1
				Número de acções de fiscalização/monitorização realizadas	50	Nº	90	50	80
		Fazer cumprir a aplicação dos instrumentos de gestão do território	Participação em tomadas de decisão no âmbito do Ordenamento do Território	Taxa de processos apreciados	50	%	90	80	85
				Taxa de presenças em reuniões	50	%	98	90	95
	Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional	Dinamizar a cooperação entre agentes regionais, interregionais e transfronteiriços visando a competitividade do território	Apoio à gestão de outros programas de iniciativa pública	Informações e pareceres elaborados/informações e pareceres solicitados	100	%	90	80	95

Serviço Sub-Regional do Litoral - Objectivos Estratégicos, Operacionais e Actividades

UO	Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico
SSL	Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região	Análise de processos de comunicação prévia no âmbito do RJREN entrados no SSL respeitantes à NUT III Alentejo Litoral	(Nº de processos analisados pelo SSL/Nº de processos entrados)x100	100	%	85	5	95
			Exploração da rede de estações de monitorização da qualidade do ar	Taxa de eficiência: (Somatório ponderado das taxas de eficiência de todas as estações (a taxa de eficiência de cada estação é o somatório ponderado dos parâmetros medidos por estação)	50	%	90	5	100
				Taxa de eficiência da estação móvel: (Somatório ponderado dos parâmetros medidos)	50	%	90	5	100
		Fazer cumprir a aplicação dos instrumentos de gestão do território	Pareceres sobre as várias fases dos Instrumentos de Gestão Territorial (PGF)	(Nº de processos apreciados pelo SSL/Nº de processos solicitados ao SSL)x100	100	%	85	5	95
		Gestão de infracções ambientais	Acções de fiscalização na NUT III Alentejo Litoral, no âmbito de situações detectadas ou monitorizadas pelo SSL e/ou de reclamações/denúncias recebidas	Taxa de verificações no local: (N.º de Informações/N.º de situações) x 100	100	%	85	5	95
			Acções de fiscalização na NUT III Alentejo Litoral, solicitadas ao SSL	(Nº de acções efectuadas pelo SSL/nº total de acções solicitadas ao SSL)x100	100	%	85	5	95
		Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos	Melhorar a comunicação com os parceiros externos	Disponibilização ao público de dados da qualidade do ar	Nº de dias em que o registo regional surge na base de dados nacional (ar) excepto domingos e feriados	100	dias	305	15

Serviço Sub-Regional de Beja - Objectivos Estratégicos, Operacionais e Actividades

UO	Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico	
SSB	Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos à região e de outro investimento público	Assegurar níveis de execução e de compromisso do INALENTEJO compatíveis com os resultados esperados	Apreciação e acompanhamento de projectos INALENTEJO	Taxa de cooperação técnica e financeira (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)	50	%	90	70	80	
				Taxa de contribuição regional para execução do INALENTEJO (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)	50	%	90	70	80	
		Gestão de outros instrumentos financeiros	Apreciação e acompanhamento de projectos de outros instrumentos financeiros	Taxa de contribuição regional para execução de outros instrumentos financeiros (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento	50	%	90	70	80	
				Taxa de cooperação técnica e financeira (pedidos de pagamento despachados /pedidos de pagamento recepcionadosx100)	50	%	90	70	80	
	Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região	Redução de Passivos Ambientais	Acção de Controlo de Resíduos Perigosos	Nº de acções de controlo realizadas a operadores OGR no âmbito dos resíduos perigosos	100	nº	8	0	8
				Número de acções de fiscalização/monitorização realizadas	50	Nº	90	50	80	
				Número de acções de dinamização desenvolvidas	50	Nº	2	1	1	
		Fazer cumprir a aplicação dos instrumentos de gestão do território	Participação em tomadas de decisão no âmbito do Ordenamento do Território	Taxa de presenças em reuniões	50	%	98	90	95	
				Taxa de processos apreciados	50	%	90	80	85	
	Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional	Dinamizar a cooperação entre agentes regionais, interregionais e transfronteiriços visando a competitividade do território	Apoio à gestão de outros programas de iniciativa pública	Informações e pareceres elaborados/informações e pareceres solicitados	100	%	90	2	95	

Programa Operacional INALENTEJO - Objectivos Estratégicos, Operacionais e Actividades

UO	Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico
INALENTEJO	Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos à região e de outro investimento público	Assegurar níveis de execução e de compromisso do INALENTEJO compatíveis com os resultados esperados	Gestão do INALENTEJO	Taxa de cumprimento da regra N+2	40	%	100	2	112
				Taxa de aprovação do Programa Operacional	20	%	112	2	115
				Taxa de execução do Programa INALENTEJO	40	%	80	2	85
			Implementação do Sistema de Informação do POR 2020	Tempo para entrada em produção de módulos que permitam a submissão e análise de candidaturas	100	dias	273	30	181

Gabinete de Comunicação - Objectivos Estratégicos, Operacionais e Actividades

UO	Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Designação da Actividade	Indicador	Peso	Unidade	Meta	Tolerância	Ponto Crítico
GABC	Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos	Melhorar a comunicação com os parceiros externos	Elaboração de conteúdos para a participação da CCDR em feiras e certames	Conteudos elaborados	100	Nº	6	1	8
			Elaboração de Notas de Imprensa	Notas de Imprensa enviadas	100	Nº	70	5	80
			Elaboração de revista informativa em formato digital	Publicação da revista	100	Nº	3	1	4
			Gestão da comunicação	Nº de notícias publicadas na imprensa nacional	50	Nº	15	5	25
		Nº de notícias publicadas na imprensa regional		50	Nº	200	10	250	
		Inovar nos processos internos de gestão	Elaboração da Revista de Imprensa	Editada diariamente até à hora determinada	100	horas	11	0,5	10

7.3 RECURSOS HUMANOS

	CARREIRA	Recursos Humanos CCDRA	% UO
ÁREA OPERACIONAL	Dirigente Superior de I Grau	1	0,5
	Dirigente Superior de II Grau	2	1,0
	Dirigente Intermédio de I Grau	4	2,1
	Dirigente Intermédio de II Grau	12	6,3
	Secretário Técnico	3	1,6
	Vogal Executivo	2	1,0
	Vogal não Executivo	0	0,0
	Coordenador	3	1,6
	Técnico Superior	85	44,5
	Especialista de Informática	2	1,0
	TOTAL EFECTIVOS ÁREA OPERACIONAL	114	59,7
ÁREA SUPORTE	Coordenador Técnico	2	1,0
	Assistente Técnico	51	26,7
	Técnico de Informática	5	2,6
	Vigilantes da Natureza	5	2,6
	Assistente Operacional	14	7,3
TOTAL EFECTIVOS ÁREA SUPORTE	77	40,3	
TOTAL DE EFECTIVOS	191	100	

ÁREA OPERACIONAL				ÁREA SUPORTE			Total	
UO	Recursos Humanos	% UO	% CCDRA	Recursos Humanos	% UO	% CCDRA	Recursos Humanos	% CCDRA
PRE	3	33,3	2,6	6	66,7	7,8	9	4,7
DSDR	11	68,8	9,6	5	31,3	6,5	16	8,4
DSOT	10	71,4	8,8	4	28,6	5,2	14	7,3
DSAJAL	7	77,8	6,1	2	22,2	2,6	9	4,7
DCI	6	100,0	5,3	0	0,0	0,0	6	3,1
DSA	12	85,7	10,5	2	14,3	2,6	14	7,3
DSF	2	40,0	1,8	3	60,0	3,9	5	2,6
DSCGAF	8	19,5	7,0	33	80,5	42,9	41	21,5
UCIA	1	100,0	0,9	0	0,0	0,0	1	0,5
INALENTEJO	43	86,0	37,7	7	14,0	9,1	50	26,2
SSP	3	30,0	2,6	7	70,0	9,1	10	5,2
SSL	2	40,0	1,8	3	60,0	3,9	5	2,6
SSB	6	54,5	5,3	5	45,5	6,5	11	5,8
Total	114	59,7	100,0	77	40,3	100,0	191	100,0

7.4 RECURSOS FINANCEIROS

RECEITA		DESPESA	
		(em euros)	
. Orçamento de Funcionamento Geral		. Orçamento de Funcionamento Geral	
Transferências do Orçamento de Estado	1.435.561	Remunerações certas e permanentes	2.375.670
Receitas Comunitárias	120.000	Abonos variáveis ou eventuais	45.031
Receitas Próprias	1.628.456	Segurança Social	559.068
		Aquisição de bens	13.324
		Aquisição de serviços	146.098
		Transferências correntes	4.115
		Outras despesas correntes	0
		Reserva	40.711
		Aquisição de bens de capital	0
TOTAL DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO (1)	3.184.017	TOTAL DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO(1)	3.184.017
. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DO PLANO		. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DO PLANO	
. SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-ADMINISTRAÇÃO GERAL		. HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS-ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	
. Plano de Formação da CCR Alentejo (Projecto 6769)		. Cooperação Transnacional e Inter-Regional-Alentejo (Projecto 6770)	
Orçamento do Estado	0	Abonos variáveis ou eventuais	0
Receitas Comunitárias	3.779	Aquisição de serviços	3.779
		Transferências correntes	0
		Reserva	0
Sub-Total	3.779	Sub-Total	3.779
. HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS-ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO		. HABITAÇÃO E SERV. COLECTIVOS-ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	
. Cooperação Transnacional e Inter-Regional-Alentejo (Projecto 6770)		. Cooperação Transnacional e Inter-Regional-Alentejo (Projecto 6770)	
Orçamento do Estado	0	Abonos variáveis ou eventuais	0
		Aquisição de serviços	0
		Transferências correntes	0
		Reserva	0
Sub-Total	0	Sub-Total	0
. Cooperação Transf. - Alentejo/Centro/Extremadura (Projecto 7849)		. Cooperação Transf. - Alentejo/Centro/Extremadura (Projecto 7849)	
Orçamento do Estado	75	Abonos variáveis ou eventuais	225
Receitas Comunitárias	18.600	Aquisição de bens	300
		Aquisição de serviços	17.925
		Reserva	0
		Aquisição de bens de capital	225
Sub-Total	18.675	Sub-Total	18.675
. Cooperação Transf. - Alentejo/Algarve/Andaluzia (Projecto 7897)		. Cooperação Transf. - Alentejo/Algarve/Andaluzia (Projecto 7897)	
Orçamento do Estado	75	Abonos variáveis ou eventuais	225
Receitas Comunitárias	18.600	Aquisição de bens	300
		Aquisição de serviços	17.925
		Reserva	0
		Aquisição de bens de capital	225
Sub-Total	18.675	Sub-Total	18.675

<p>. OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS</p>		<p>. OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS</p>	
<p>. Assistência Técnica Global do Programa Orçamental (Projecto 6303)</p>		<p>. Assistência Técnica Global do Programa Orçamental (Projecto 6303)</p>	
Orçamento do Estado	671.014	Remunerações certas e permanentes	1.555.602
Receitas Comunitárias	1.870.000	Abonos variáveis ou eventuais	18.400
		Segurança Social	339.099
		Aquisição de bens	49.082
		Aquisição de serviços	462.508
		Reserva	0
		Aquisição de bens de capital	20.000
Sub-Total	2.541.014	Sub-Total	2.444.691
<p>. Assist. Técnica POCTEP- Alentejo/Centro/Extremadura (Projecto 7556)</p>		<p>. Assist. Técnica POCTEP- Alentejo/Centro/Extremadura (Projecto 7556)</p>	
Orçamento do Estado	30	Abonos variáveis ou eventuais	566
Receitas Comunitárias	12.468	Aquisição de bens	1.329
		Aquisição de serviços	10.393
		Aquisição de bens de capital	210
Sub-Total	12.498	Sub-Total	12.498
<p>. Assist. Técnica POCTEP- Alentejo/Algarve/Andaluzia (Projecto 7582)</p>		<p>. Assist. Técnica POCTEP- Alentejo/Algarve/Andaluzia (Projecto 7582)</p>	
Orçamento do Estado	30	Abonos variáveis ou eventuais	142
Receitas Comunitárias	6.233	Aquisição de bens	305
		Aquisição de serviços	5.606
		Aquisição de bens de capital	210
Sub-Total	6.263	Sub-Total	6.263
TOTAL DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DO PLANO (2)	2.600.904	TOTAL DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DO PLANO (2)	2.504.581
TOTAL GERAL (1+2)	5.784.921	TOTAL GERAL (1+2)	5.688.598

8 PLANO DE FORMAÇÃO 2013

A CCDRA elabora o seu plano anual de formação de forma participada. Inicia o processo, tendo por base o levantamento de necessidades de formação nas diversas unidades orgânicas, através de questionário individual. Os dados dos questionários são trabalhados e articulam-se os resultados com a formação considerada necessária, face aos novos desafios e à necessidade de garantir respostas de qualidade a todas as partes interessadas, numa perspectiva de melhoria contínua do serviço. O pressuposto desta metodologia é o de que a actualização e melhoria de conhecimentos nos vários grupos profissionais é promotora da qualidade do serviço prestado, daí a necessidade de investir nesta temática. Tendo em conta os recursos financeiros disponíveis, o plano final resulta da definição de prioridades para o serviço. Após a definição destas prioridades, o Plano de formação para 2014, está focalizado em dez temáticas que no seu conjunto envolvem 237 formandos num total de 158 horas de formação. O público-alvo é constituído por quadros dirigentes, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais. As áreas em causa, vão desde as mais específicas (como por exemplo, SIG – Gestão e Análise de Informação Geográfica) às mais abrangentes e transversais (como por exemplo, Inovação e Criatividade nos Serviços Públicos). Tendo em conta que a qualificação dos recursos humanos é considerada essencial para o desempenho da Organização e o motor de resposta aos novos desafios, e colocando o enfoque na melhoria contínua dos serviços prestados, estão também previstas acções de partilha de conhecimentos especializados entre unidades orgânicas. Em termos das abordagens transversais a toda a organização será de realçar a temática BSC- Balanced Scorecard , dado tratar-se de uma metodologia de medição e de apoio à gestão que permite uma estreita monitorização e acompanhamento das actividades tendo em vista a maximização dos resultados baseados em quatro perspectivas (financeira, clientes, processos internos e aprendizagem e crescimento) que reflectem a visão e estratégia da Organização.

PLANO DE FORMAÇÃO CCDR ALENTEJO 2014

<i>Temáticas</i>	<i>Horas de Formação</i>	<i>Participantes</i>
Ordenamento do Território	21	20
SIG – Gestão e Análise de Informação Geográfica	21	20
Aprender a gerir o stress pessoal e profissional	21	20
Análise económico-financeira nas entidades públicas	21	20
Inovação e criatividade nos serviços públicos	21	20
Alteração ao Código da Estrada	8	50
BSC – Balanced Scorecard	21	12
Segurança e Higiene no Trabalho	8	30
Quantum Gis – Formação Inicial	8	20
Atendimento ao Público	8	25
Total	158	237

Das temáticas referenciadas, é de destacar o facto de cinco delas já integrarem acções aprovadas pelo POPH (candidatura nº 053870/2011/33).

Estas, à semelhança dos anos anteriores, irão ser garantidas pela *empresa Índice ICT & Management, Lda*, perfazendo um total de 105 horas e o seu público-alvo são os Quadros Dirigentes, os Técnicos Superiores, os Assistentes Técnicos e os Assistentes Operacionais, tendo com especial característica a abrangência a todos os grupos profissionais que exercem funções nesta CCDRA.

<i>Quadro das Ações de Formação Aprovadas pelo POPH</i>	<i>Datas Previstas</i>	<i>Horas</i>	<i>Formandos</i>
C1 – Análise Económico-financeira nas entidades públicas	27/01/2014 a 29/01/2014	21	16
C8 – Ordenamento do Território	12/03/2014 a 14/03/2014	21	16
C12 – SIG – Gestão e Análise de Informação Geográfica	06/05/2014 a 08/05/2014	21	16
C13 – Aprender a Gerir o Stress Pessoal e Profissional	01/04/2014 a 03/04/2014	21	16
C20 – Inovação e Criatividade nos Serviços Públicos	05/03/2014 a 07/03/2014	21	16
TOTAL		105	80

Para melhor explicitação destas acções, descrevem-se, de seguida, os seus objectivos:

a) **C1 - Análise económico-financeira de Entidades Públicas (21 horas)**

Esta temática insere-se na área da Gestão Financeira e Contabilidade

Objectivos – Proporcionar aos participantes um conjunto de conhecimentos indispensáveis a uma elaboração, análise e interpretação do registo de todos os mapas contabilísticos e financeiros; conhecer e elaborar indicadores financeiros e económicos.

b) C8 - Ordenamento do Território (21 horas)

Esta temática insere-se na área do Ordenamento do Território

Objectivos – O ordenamento do território é definido como a acção desenvolvida pela Administração Pública no sentido de assegurar, no quadro geográfico do país, a melhor estrutura das implantações humanas em função dos recursos naturais e das exigências económicas, com vista ao desenvolvimento harmónico das diferentes regiões que o compõem. O objectivo desta acção é uma pequena análise à repartição racional das actividades económicas pelo território, ao restabelecimento de equilíbrios – entre a capital e a província, entre o litoral e o interior, entre as regiões desenvolvidas e as regiões em vias de desenvolvimento ou subdesenvolvidas, à descentralização geográfica da localização dos serviços públicos e indústrias, à criação de novas cidades ou desenvolvimento de núcleos urbanos enquanto pólos de crescimento industrial e urbano, à preservação dos solos agrícolas, das zonas florestais e das orlas marítimas e à limitação e expansão das grandes cidades e actividades das grandes cidades com áreas suburbanas

c) C 12 - SIG – Gestão e Análise de Informação Geográfica (21 horas)

Esta temática insere-se na área da Informática

Objectivos – A acção pretende capacitar os formandos com os conhecimentos técnicos e tecnológicos que lhes permitam desenvolver e implementar um Sistema de Informação Geográfica. O curso tem um cariz teórico-prático que permite aos

formandos explorar, integrar, gerir e analisar dados de diversas fontes e formatos. Dão-se a conhecer as técnicas de aquisição, processamento, análise e publicação de informação geográfica. Os exercícios aplicam-se a diversas áreas temáticas como sejam o planeamento ambiental, análise de riscos naturais, transportes, agricultura, gestão municipal, e energia. Pretende-se, em termos específicos, que os formandos possam adquirir conhecimentos técnicos e tecnológicos para: a gestão e análise de informação geográfica; a pesquisa e integração de vários tipos de informação georeferenciada; compreender os sistemas de referência geográfica e aplicá-los aos dados; operacionalizar e executar as principais operações de análise espacial; entender e experimentar as funcionalidades de processamento de informação geográfica e alfanumérica; modelar e caracterizar os objectos do espaço territorial numa base de dados geográfica; geo - referenciar imagens; e executar representações cartográficas.

d) C13 - Aprender a gerir o stress pessoal e profissional (21 horas)

Esta temática insere-se na área Comportamental

Objectivos - Sensibilizar para uma visão positiva do stress e aprender estratégias eficazes para a sua gestão; identificar as causas e auto-avaliar o grau de vulnerabilidade ao stress; elaborar um plano individual de mudança (PIM) que vise o desenvolvimento das competências para a gestão do stress; utilizar algumas técnicas de relaxamento.

e) C20 - Inovação e Criatividade nos Serviços Públicos (21 horas)

Esta temática insere-se na área da Gestão Pública

Objectivos – Desenvolver a habilidade na introdução e condução da mudança; orientar escolhas sobre métodos e focos de mudança organizacional; identificar e reflectir sobre as propostas contemporâneas de inovação na gestão pública.

Além destas, prevê-se ainda a realização de 5 acções de formação, nomeadamente:

- Alterações ao Código da Estrada (8 horas) – entidade formadora: Guarda Nacional Republicana (GNR), sendo essencialmente direccionada aos Assistentes Operacionais, com a função de motorista e condutores de viaturas de serviço;
- Balanced ScoreCard (21 horas) – entidade formadora: empresa QUIDGEST, sendo dirigida aos dirigentes/técnicos superiores constantes do Grupo de Trabalho criado para implementação do BSC;
- Segurança e Higiene no Trabalho (8 horas) – formadora interna, sendo dirigida a todos os trabalhadores da CCDRALentejo;
- Quantum GIS (8 horas) – formador interno, sendo dirigida a todos os trabalhadores da CCDRALentejo;
- Atendimento de Público (8 horas) – formadora interna, sendo dirigida a todos os trabalhadores da CCDRALentejo.

9 SIGLAS

Siglas	Entidades
DAA	Divisão de Avaliação Ambiental
DAJ	Divisão de Apoio Jurídico
DCIR	Divisão de Cooperação Inter-regional
DFLM	Divisão de Finanças Locais e Modernização
DGFP	Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial
DGPP	Divisão de Gestão de Programas e Projectos
DGRHAG	Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio Geral
DGT	Divisão de Gestão Territorial
DII	Divisão de Gestão de Informação e Informática
DLMA	Divisão de Licenciamento e Monitorização Ambiental
DOET	Divisão do Ordenamento e Estratégia Territorial
DPPCR	Divisão de Prospectiva Planeamento e Competitividade Regional
DSA	Direcção de Serviços de Ambiente
DSAJAL	Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local
DSCGAF	Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira
DSDR	Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional
DSF	Direcção de Serviços de Fiscalização
DSOT	Direcção de Serviços de Ordenamento do Território
Inalentejo	Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013
QCA III	Quadro Comunitário de Apoio III
SSR Beja	Serviço Sub-Regional de Beja
SSR Litoral	Direcção de Serviços do Litoral
SSR Portalegre	Serviço Sub-Regional de Portalegre